

OS DESAFIOS DOS DOCENTES EM MEIO A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Amanda Raquel Medeiros Domingos¹; Erivânia da Silva Marinho², Maria Nazaré dos Santos Galdino³, Suênia Aparecida da Silva Santos⁴, Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva⁵

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ar160697@gmail.com

Resumo: O presente artigo possui como objetivo analisar a influência do Estado neoliberal na política de educação e os desafios, postos por ele, ao exercício profissional dos docentes. Ademais, visa propor a construção de uma educação emancipatória, crítica e cidadã. Em termos metodológicos, este artigo é produto de discussões realizadas pelos membros do Projeto de Extensão: "O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionais na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca", vinculado a UFPB, também resulta de um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática. O capital visa formar indivíduos sem criticidade política.

Palavras-chave: Mercantilização do ensino, Docente, Educação Emancipatória.

1. Introdução

O presente trabalho é resultado de análises realizadas pelo projeto de extensão, intitulado: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, que fica localizada no bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa-PB.

A instauração do perfil político e ideológico neoliberal de Estado, em 1990, tornou, ainda mais, a política educacional uma política dirigida pelos interesses da classe dominante e impôs uma série de mudanças na educação, dentre elas, o estímulo ao ensino privado em detrimento ao público e a implementação de uma concepção de educação que visa apenas formar mão-de-obra para atender as exigências do mercado, e não valoriza um processo formativo crítico e amplo na perspectiva de construção de uma verdadeira cidadania. O que acarretou, além de outras situações, diversos desafios para os profissionais da educação, na luta por um novo modelo de ensino, que seja capaz de superar este ensino mercadológico, e considere como fundamental o ensino público de qualidade, que forme cidadãos que consigam fazer uma leitura da realidade de maneira crítica, contextualizada, humanizada, democratizada e respeitosa, além de serem capazes de intervirem nesta mesma realidade,

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: ar160697@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: erivaniamarinho@hotmail.com

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: zaremorena12@gmail.com.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: sueniaaparecida@hotmail.com.

⁵ Professora orientadora, da Universidade Federal da Paraíba. Email: gracamirandafs@gmail.com.

envolvidos com todos esses valores, em vistas de uma sociedade emancipada, ou seja, sociedade esta permeada pela ética, pelo respeito e pela defesa de valores humanos universais, como: a vida, a liberdade, a justiça e o bem comum. Considerando isso, o nosso estudo baseia-se numa pesquisa social, por meio da análise da realidade vivenciada pelas extensionistas, do referido Projeto de Extensão. E possui como objetivo analisar a influência do modelo econômico, político e ideológico do Estado neoliberal na política de educação e os desafios, postos por ele, ao exercício profissional dos sujeitos que trabalham e atuam nessa política, principalmente os docentes. Ademais, visa evidenciar a subordinação do ensino aos interesses do capital, que acabou adquirindo um caráter mercadológico, e, em contrapartida, propõe-se a construção de uma educação emancipatória e cidadã. Para isso, apontaremos, brevemente, a trajetória histórica da educação e aspectos atuais com foco no neoliberalismo, as relações trabalhistas e a exploração da mão de obra dos profissionais do sistema de ensino. Como também, refletiremos sobre os mencionados desafios desses profissionais, nesta conjuntura neoliberal e a proposta de uma educação emancipadora que se põe contra essa lógica de ensino, reprodutora da ideologia dominante, que só prioriza relações de compra e venda, na busca do lucro e da acumulação de riqueza.

E nesta ideologia, crianças e adolescentes são formados para uma competitividade exacerbada, para uma visão de mundo superficial, acrítica, limitada, em que atingir um status no mercado de trabalho passa a ser a única intenção, além de todo um apelo ao consumismo capitalista. Também constatamos que há todo um discurso ideológico de que o que é público não tem qualidade. Na realidade, existe um imenso investimento na construção de escolas particulares, pois, a indústria da educação privada rende bilhões para os capitalistas.

2. Metodologia

Os elementos metodológicos dessa experiência vivenciada por meio do projeto de extensão em tela, referem-se a reflexões da realidade da Unidade Escolar Nazinha Barbosa da Franca, onde estão inseridos os/as alunos/as beneficiários/as do PBF, profissionais e gestores da referida instituição. Tais reflexões embasaram-se na utilização de estratégias, como: rodas de conversas, reuniões, oficinas, entre outros. E, principalmente, foram embasadas em material bibliográfico e documental, além de ter sido assumida uma perspectiva crítica de análise.

3. Resultados

A educação desde os seus primórdios sempre apresentou recuos e avanços e esteve permeada pela luta de classes. Assim, considerando que, “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2000, p.45), o ensino sempre visou atender a uma das classes sociais em conflito.

A partir, da Proclamação da República (1889), a educação passou a se configurar como um direito e houve a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930), com o objetivo de traçar um novo plano para a educação, que desse suporte para a implementação de um novo modelo econômico que gerasse a ampliação das forças produtivas.

No período posterior, entre 1946 e início da década de 1960, ocorreu um avanço na educação, com o desenvolvimento de diversos movimentos populares e a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, que estabeleceu o ensino público e privado no Brasil e designou o Estado como um dos responsáveis por assegurar o acesso ao ensino.

Porém, tais avanços não se perpetuaram, pois em 1964 houve o golpe militar, que se configurou como um grande recuo no sistema educacional brasileiro, visto que grande parte dos movimentos sociais, em prol do acesso à educação foram desativados e a educação passou a ser destinada, primordialmente, ao atendimento dos interesses do capital, principalmente o estrangeiro, como uma forma de disseminar os valores dominantes e preparar mão-de-obra para suprir as demandas do mercado de trabalho.

Nesse contexto, o Estado e suas ações, não eram voltados para a formação e o desenvolvimento crítico dos sujeitos e a oferta da educação privada se desenvolvia rapidamente, superando a qualidade do ensino público. Portanto,

a nova política educacional implementada pelo governo pós-64, além de seu caráter puramente mercantil, tem, pois, função ideológica muito atuante, respondendo bem à reprodução da ideologia e, através dela, do sistema de relações sociais. O que se quer do sistema educacional é a produtividade, o baixo custo de mão-de-obra numerosa, mas com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente. Esta política acaba criando, na prática, dois sistemas: o público e o privado. (SEVERINO, 1986, p.92).

Vale destacar, que mesmo após o fim do regime ditatorial, a situação educacional brasileira manteve-se com as mesmas características anteriormente citadas. A educação continuou atendendo, primordialmente, os interesses do capital e a escola não apresentaram muitos avanços na luta pela formação crítica das camadas populares, visando estabelecer uma contra-hegemonia. Nos anos de 1970, o capital entra em crise, devido ao esgotamento do modelo fordista e taylorista, que causou uma dificuldade para o capital manter seu

crescimento e expansão. Diante dessa crise, a saída que o capital encontrou foi implementar a reestruturação produtiva, por meio do denominado Toyotismo, modo de produção japonês em que a principal característica era a produção de acordo com a demanda social e não mais em série ou em massa, como no modelo anterior; também adotou a flexibilização no mundo do trabalho, que significou a desregulamentação trabalhista, trabalhos temporários e extremamente precários, exploração do trabalhador através do trabalho polivalente e substituição de parte do trabalho humano vivo pelo trabalho morto, das máquinas, provocando desemprego estrutural. E o perfil ideológico e político assumido por este modelo econômico foi o neoliberalismo. No âmbito das políticas sociais, a crise de 1970, causou um sucateamento e deterioração das políticas públicas diante do processo de privatização dos serviços de saúde, educação e assistência social.

No cenário brasileiro, o ideário neoliberal será assumido a partir, do governo de Collor (1990-1992), mas, principalmente a partir de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, ganhando destaque no cenário político-econômico e redesenhando a política educacional, que nesse contexto, irá se configurar como um campo social de disputa hegemônica de classes. Buscando sempre fortalecer e ampliar o poder da classe dominante, ao manter privilégios para uma classe, enquanto, a outra mais empobrecida, convive com o acesso à uma política de educação precária, que visa apenas a formação de mão-de-obra técnica para atender as exigências do capital.

Portanto, enquanto às elites é determinado o privilégio de uma formação completa e ampla, às classes populares são destinadas à aprendizagem de saberes básicos, necessários aos afazeres que irão desenvolver no mundo do trabalho. Sendo assim, nessa sociedade civil, “a classe hegemônica procura impor à classe subalterna sua concepção de mundo que, aceita e assimilada vai constituir o senso comum (FREITAG, 1986, p.38)”.

Considerando, que o neoliberalismo prega o "Estado mínimo" e "o Estado máximo para o capital" (NETTO, 1996, p. 100). E que esse "Estado mínimo" só se estabelece no campo das políticas sociais, significando um ataque aos direitos sociais, instituídos na Constituição Federal de 1988. Tal ideologia irá defender o discurso de que as políticas sociais devem ser dirigidas pela lógica de subordinação às leis do mercado, buscando apenas atender os interesses do capital.

Vale destacar, que a visão neoliberal, também irá perpetuar o discurso de que o setor público é incompetente, enquanto que o setor privado demonstra eficiência e qualidade, e isso numa tentativa do Estado, de repassar à sociedade civil e à iniciativa empresarial privada, sua responsabilidade para com a vida social, limitando sua ação e efetivando o desmonte das

políticas públicas sociais, dentre elas, a educação, e a diminuição dos direitos em geral, exclusivamente da classe trabalhadora.

Levando em conta, que a educação se configura como um dos alvos do neoliberalismo na consolidação do modelo de produção capitalista e no desenvolvimento econômico, político, social e cultural (NETO; CASTRO, 2005). Tal ideário irá exercer uma grande influência nos ministérios, nas secretarias e nas escolas, estabelecendo um sistema de ensino dual, polarizado entre escolas privadas e públicas ou mínimas.

Dentro de um “cenário marcado pela redefinição do papel do Estado com relação as políticas educacionais, nesse novo arranjo, o Estado provedor cede lugar ao Estado indutor e avaliador de políticas educacionais” (NETO; CASTRO, 2005, p. 7). Sendo assim,

a educação escolar passa a ter, na perspectiva da burguesia brasileira, como finalidades principais: contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade empresariais, em especial nos setores monopolistas da economia, principais difusoras, em âmbito nacional, do novo paradigma produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal. (NEVES, 2007. p. 212).

Portanto, a educação nos moldes neoliberais, sempre atendeu e foi dirigida pelos interesses do capital, visando seu crescimento e expansão, ao reproduzir o discurso da classe dominante, que é aquela que detém o poder econômico e político. O que acarretou a substituição da formação crítica por uma formação tecnicista, que possui como finalidade estabelecer nos indivíduos uma neutralidade política.

E influenciou as relações trabalhistas dos profissionais da educação, levando em conta, que estes são responsáveis por propagar ou não, essa ideologia. Como também, gerou o aumento da exploração da mão-de-obra destes, numa tentativa de estabelecer a formação de um contingente populacional, cada vez maior, para atender as necessidades e exigências do mercado. Como já vimos, no enfoque neoliberal, cabe à educação o papel de legitimar novos e velhos processos de exclusão verificados também no contexto social. Desse modo, “no discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança”. (MARRACH, 1996, p. 43).

Como bem sintetiza Gentili (1996), a “escola de qualidade” defendida pelos neoliberais se configura como aquela que apresenta um ensino e uma gestão eficiente para competir no mercado, referendando a ideia de que o aluno é um consumidor do ensino e o professor um profissional bem treinado, tendo como principal incumbência preparar os educandos para, mais tarde, se inserirem no mercado de trabalho. Para o neoliberalismo, a comunidade passa a ser a clientela, e a educação se torna apenas objeto de consumo, onde a

população pode encontrar e escolher a melhor escola a partir do ranking apresentado pelas avaliações em larga escala. (GENTILI, 1996, p. 11). Enfim, a escola, seja ela pública ou não, contém reflexos do modo de produção capitalista, dos interesses da classe dominante que visam a inserção de todas as crianças nas escolas sendo estas servidoras indiscutíveis “de instância de seleção prévia, notadamente de classe social, para escolher os mais ‘educáveis,’ e, portanto, mais adequados ao processo produtivo imposto pelo sistema neoliberal” (KUENZER, 1998, p. 68).

Baseado nesse ideário neoliberal, os docentes são grandemente explorados e as mudanças que aconteceram na sua organização do trabalho foram decorrentes das reformas educacionais que foram implantadas nas décadas de 1980 e 1990, e que terminaram afetando de forma significativa a profissão, uma vez que trouxeram novas exigências profissionais sem a necessária adequação das condições de trabalho. Podemos destacar entre as reformas educacionais iniciadas nos anos 1990, no Brasil: a descentralização administrativa, financeira e pedagógica e a flexibilidade na organização e funcionamento das escolas. O que acarretou em uma autonomia significativa à gestão das unidades escolares, essa autonomia também beneficiou os professores, que adquiriram uma maior liberdade para organizar o seu trabalho, porém, tiveram à ampliação de funções. Na conjuntura neoliberal de Estado existe uma supervalorização do quantitativo em detrimento do qualitativo. Enquanto que os salários não são valorizados, e ficam muito abaixo da real necessidade do trabalhador educacional.

E, nesse sentido, muitos docentes procuram mais de um emprego para dar conta da sua sobrevivência, empregos estes que não acontecem pela via do concurso público, mas se dão de forma precarizada, pelos processos de terceirização e contratos temporários, além da falta de recursos humanos, financeiros e materiais, que dificultam enormemente o processo ensino- aprendizagem. Também lidam com os familiares dos estudantes que são vítimas das conjunturas sociais extremamente adversas, de desempregos ou sub-trabalhos, falta de acesso a direitos básicos, falta de moradias, ligados ao mundo das drogas e, geralmente, vivenciam todos os tipos de violências. E suas crianças e adolescentes vivenciam tudo isso e reproduzem também essas violências no ambiente escolar.

Diante de todo esse quadro nefasto, tais docentes desenvolvem um estado permanente de grande tensão e possíveis adoecimentos psicológicos e físicos. Diante de todo esse contexto de mudanças na profissão dos professores, considera-se que os professores se sentem insatisfeitos por não conseguirem cumprir, com excelência, as exigências de sua profissão e nem reverter à situação precária em que se encontram. Percebem que a

globalização tem trazido transformações rápidas na dinâmica do trabalho, na organização do trabalho, e nas novas exigências de competências do trabalhador, que interferem em sua saúde e que provocam o adoecimento psíquico de grande parte dos docentes em atuação.

Nesse sentido, cabe aqui uma ressalva feita por Marrach (1996): mesmo que o discurso neoliberal aponte que a educação tem o papel estratégico de preparar mão de obra para o mercado de trabalho, a revolução tecnológica tem ocasionado um grande índice de desemprego estrutural, o que nos remete a pensar que a escola não está conseguindo cumprir nem mesmo as funções primordiais atribuídas a ela pelo modelo neoliberal. Souza (2003) diz que a escola não está mais conseguindo formar e disciplinar a força produtiva como acontecia nos anos 1970 e 1980. “Em meio ao crescente desemprego e à grande competição por postos de trabalho, o próprio mercado tem se encarregado de formar sua mão de obra.” (SOUZA, 2003, p. 10). E acrescenta: “Uma vez que as possibilidades de inserção profissional estão cada vez mais limitadas, cabe lembrar que o grau de escolaridade é necessário, mas não suficiente para garantir a ocupação; a seleção do mercado de trabalho caracteriza-se por um credencialismo que remete para segundo plano o conhecimento e as formações escolares, fazendo da escola regular não a agência formadora de mão-de-obra, mas uma mera distribuidora de certificados” (SOUZA, 2003, p. 36-37).

Nesse contexto, vários desafios são postos para os docentes, na luta por uma educação emancipadora, crítica e cidadã, que garanta às classes populares o ensino público de qualidade e possibilite competência e maturidade humana e profissional, como veremos a seguir.

4 Discussões

No Brasil, ao final do século xx, o neoliberalismo entra em vigor, impondo um Estado mínimo para as políticas sociais, o que refletiu na desqualificação da atividade docente, através do baixo reconhecimento social e da desvalorização salarial. E estabelecendo a educação como um elemento de manutenção da desigualdade estabelecida entre as classes sociais. Essa conjuntura está baseada no princípio da acumulação flexível, que diz respeito ao destruidor processo de desterritorialização, com busca feroz por novos espaços do mercado consumidor, com maximização da concorrência e reformulação da arena predatória de consumismo global. E propõe a organização flexível do trabalho e a flexibilização nos contratos trabalhistas (o que acarretou a terceirização, a instabilidade e a precarização no que

tange as condições estruturais e materiais de desenvolvimento das atividades dos sujeitos). A lógica neoliberal refletiu sobre o universo de diversos sujeitos, em diferentes campos de atuação. No âmbito da educação, o ensino passou a adaptar-se aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores, que assumem a ideologia de mercado. E os docentes passaram a preconizar a produtividade e a formação de mão de obra para atender ao mercado. Assim, o exercício profissional destes deixa de ser “uma práxis produtiva capaz de desenvolver o homem e a realizar seu potencial humano e passa a desenvolver seu trabalho como se produzisse uma mercadoria e submetido ao controle, à mecanização e à metas de produtividade que em nada lembram um trabalho realizador” (GUARANY, 2012 p. 28).

Vale destacar, que visto como um mecanismo reprodutor da ideologia dominante, o sistema educacional dirigido por essa lógica, sempre visou a aceitação pelo proletariado da dominação do capital sobre o processo de trabalho, inversamente, a regulação desse mesmo regime de acumulação não só tornava possível, mas também necessária a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos. Diante desse cenário, o sistema de ensino irá adquirir a concepção mercadológica de produtividade e eficiência. E os profissionais da política de educação, entre eles, os professores, tem seu processo de trabalho submetido à lógica mercantilista, na era do capitalismo monopolista e da financeirização da economia, o que se agrava com a ofensiva neoliberal, e, nesse contexto, essa profissão perde seu reconhecimento social e trabalhista (GUARANY, 2012, p. 27). Nesse sentido,

a Constituição promulgada em 88 garantiu à sociedade brasileira o reconhecimento de direitos sociais há muito reivindicados pelos movimentos sociais e pelos trabalhadores, mas este cenário muda com a adesão brasileira aos princípios defendidos pelos órgãos financeiros internacionais no Consenso de Washington e marca a submissão do Brasil à lógica neoliberal, que vai se traduzir em uma violenta ofensiva contra estas conquistas, dentre elas a educação pública e universal e o reposicionamento do Estado diante do espaço público, impactando estruturalmente a educação e seus trabalhadores. Passam a conformar este cenário a desqualificação da educação, o desmonte dos seus equipamentos sociais, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização das relações de trabalho dos professores bem como na falta de investimentos nesta área, além da entrada da lógica mercantilista no espaço público e do incremento à educação realizada pelas instituições privadas. (GUARANY, 2012, p. 27).

Embora, tenha ocorrido a promulgação da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1993, que estabeleciam a educação como um direito de todos os cidadãos. A educação pública não deixou de ser vista, como educação para pobre, quem pode pagar, recorre à educação privada, que recebe incentivo do Estado e de programas

governamentais, como o Programa Universidade para Todos-PROUNI. (GUARANY, 2012).
Portanto, em outras palavras,

o processo de universalização do acesso à educação vem acompanhado por um processo de desqualificação da educação e do trabalhador desta área, da carreira docente. Se até os anos 60 e em alguns países até um pouco depois, ser professor era considerado um trabalho de prestígio e socialmente valorizado, chegamos ao fim do século XX com um quadro totalmente diverso: ser professor hoje é considerado uma tarefa menor, com baixos salários, poucas chances de crescimento profissional e de baixa procura pelos jovens. (GUARANY, 2012, p. 35).

Assim, diante da lógica do capital mercantilista, o trabalho do professor perde valor “tornando-o um processo de trabalho parcial, esvaziado, sem conteúdo como se fosse um trabalho operacional e não intelectual, e determinando a queda na qualidade de vida no trabalho, com forte rebatimento na saúde do trabalhador” (GUARANY, 2012, p. 35).

Este esvaziamento, que decorre da divisão sóciotécnica do trabalho e é própria do sistema capitalista de produção, atinge agora a educação, e é funcional ao capital na medida em que a atividade docente passa a poder ser medida pelo quanto produz e a ser mais valorizada pelas técnicas e tecnologias que utiliza, do que pelo conteúdo que passa, respondendo a uma visão tecnicista e economicista da educação. Essa pedagogia defende a neutralidade científica e se inspira na racionalidade, procurando fazer com que o processo educacional seja mais objetivo e operacional. [...] A ofensiva neoliberal tem forte protagonismo na desqualificação dos direitos à educação, garantidos na Constituição de 88, com o desmonte dos seus equipamentos sociais, com a precarização das relações de trabalho dos docentes, através de novos contratos precários de trabalho, bem como por introduzir a lógica da produtividade na carreira docente, o avanço da pesquisa aplicada e da investigação tecnológica, a adoção da meritocracia em detrimento da cooperação no ensino e na produção de conhecimento pelo ensino superior, provocando, por conseguinte forte e nefasto rebatimento na saúde do docente em geral e do docente do ensino superior em particular. É neste cenário que temos assistido a deterioração da carreira docente e de sua saúde. (GUARANY, 2012, p. 34-35).

Logo, considerando que “as instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internalização [do capital]” (MÉSZÁROS, 2005, p.44), a educação produzida nos moldes do capital irá colaborar com a hegemonização e a permanência da ordem vigente. E irá impor condições de trabalho precárias para os docentes, representada pelo pouco reconhecimento, pela má remuneração e pela ausência de condições materiais e estruturais para a efetivação de seu trabalho. Diante disso, podemos constatar, que essa precarização juntamente com a lógica de produtividade imposta a estes profissionais, também foi responsável por gerar, principalmente nas escolas públicas brasileiras, o adoecimento psíquico dos professores, apresentado por meio de desgastes físicos, desgastes emocionais, desgastes osteomusculares e transtornos mentais, tais como: apatia, estresse, desesperança e desânimo (BARROS et al., 2007).

Considerando que “a educação, assim como outras áreas na sociedade são espaços contraditórios de reprodução e contestação, nos quais há disputas e lutas e a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia está colocada.” (GUARANY, 2012, p. 38). A luta contra a lógica dominante e suas inflexões na política educacional e nas relações trabalhistas dos docentes, torna-se imprescindível. Defende-se a substituição da educação mercadológica por uma educação emancipadora, que estabeleça o suporte para a formação de uma sociedade, onde os indivíduos tenham acesso aos bens materiais e espirituais para sua autoconstrução, se pondo contra a exploração e dominação de uma classe sobre a outra (TONET, 2012).

Vale ressaltar, que a contribuição da Educação Emancipadora [sic], neste sentido, é de analisar criticamente a sociedade, refletindo-a como um sistema de classes, na busca de fomentar nos sujeitos uma consciência acerca do papel político, econômico que exercem. Portanto, a educação ligada ao conhecimento crítico “pode ter impacto explosivo, quando faz emergir a consciência crítica e gesta o rebelde que prefere confrontar-se a submeter-se ao sistema dominante.” (DEMO, 2001, p. 93.) E a emancipação só se tornará possível, quando a educação optar pela formação integral dos indivíduos, se pondo contra a lógica mercantil de ensino, que impede a possibilidade de desenvolvimento pleno dos sujeitos, o acesso igualitário de todos ao conhecimento e que impõe a desvalorização salarial dos docentes, estabelecendo condições e relações trabalhistas precárias para estes profissionais.

5 Considerações Finais

Diante do que foi exposto, concluímos que, principalmente a partir do final do século XX, com a instauração do neoliberalismo, a educação brasileira adquiriu um caráter mercadológico, se configurando como um instrumento, utilizado pela burguesia, de propagação da ideologia dominante. Assim, “a escola que na origem grega designava o lugar do ócio, é transformada em um grande negócio”. (SHIROMA, 2004, p. 120). Onde pais e alunos passaram a ser vistos como consumidores, o conteúdo político da educação é substituído pelos direitos do consumidor. E as concepções de produtividade e eficiência foram introduzidas ao ensino e nas relações trabalhistas dos docentes, o que acarretou a precarização das condições de trabalho desses profissionais, sua desvalorização e a flexibilização dos contratos trabalhistas no campo da educação. Além disso, diante dessa lógica mercantil, o educador ao transmitir conhecimentos, passou a visar apenas a formação de mão-de-obra, para atender as necessidades do capital e não a formação da integralidade humana.

Sendo assim, diante de tantos ataques do capital, podemos constatar que “[...] a

conjunção “globalização” /” neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” (NETTO, 2010, p.9). Vale evidenciar, que um dos objetivos do capital ao impor esse modelo de educação, também foi formar indivíduos neutros politicamente, passíveis à todas as reformas impostas pela ofensiva do capital e ausentes de uma consciência crítica. Diante disso, Freire (1996), afirma que a educação, não pode deixar de lado sua vertente política, porque a política faz parte da natureza da educação, é impossível à neutralidade.

Desse modo, considera-se que o dever principal da educação é de preparar cada um para o enfrentamento essencial para a lucidez. As alternativas à essa concepção mercantil de educação, são fundamentais, na luta por uma educação emancipadora. Sugere-se dotar os sujeitos sociais de competências e habilidades para a participação na vida social, econômica, cultural e política, a fim de não ensejar novas formas de divisão social, mas, a construção de uma sociedade democrática. Onde, os discentes sejam capazes de ter uma leitura crítica das transformações que ocorrem mundialmente. Os desafios são imensos, porém, não podemos desistir, é preciso continuar na luta pelo bem comum, pelos interesses coletivos, pela integralidade da formação no processo de ensino, pela democracia, pela criticidade, pela justiça, pelo respeito, pela ética humana, valores imprescindíveis para uma educação emancipatória. Bem como, a luta é por um outro modelo de Estado, mais interventor no investimento de políticas públicas sociais de qualidade, ou seja, um Estado que, de fato, assumisse responsabilmente e prioritariamente a proteção social do povo brasileiro e invista numa educação pública, gratuita e de excelente qualidade. Um Estado que não separe a política econômica da política social, pois, ambas precisam ser inseparáveis, se quisermos menos desigualdade social. E os profissionais da educação, principalmente os docentes, necessitam serem valorizados e reconhecidos como fundamentais nesse processo de luta e transformação.

Referências

BARROS, M. E; ZORZAL, D. C; ALMEIDA, F. S; IGLESIAS, R. Z; ABREU, V. Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, p.103-123.

DEMO, Pedro. Cidadania Pequena: Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GUARANY, Alzira Mitz Bernardes. TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/viewFile/11027/8105>>.

Acesso em: 11 jun. 2018

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

KUENZER, A.Z. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000. 144 p. (Coleção a Obra – Prima de Cada Autor).

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Uma fase contemporânea da barbárie**. In: III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie". Serpa: 2010.p. 1-39.

NEVES, Lúcia. Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa. In: **Liberalismo e educação em debate**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. p. 205-224.

SEVERINO. Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra ideologia**. 1ª ed. São Paulo: EP. V, 1986.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOUZA, Regina Magalhães de. Escola e Juventude: o aprender a aprender. São Paulo: Educ/Paulus, 2003.